

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: **ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN**

Coordenador de Área: Ricardo Triska (UFSC)

Coordenadora-Adjunta de Área: Ângela Maria Gordilho Souza (UFBA)

Coordenador-Adjunto de Mestrado Profissional: Wilson Kindlein Junior (UFRGS)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

Introdução

O Documento da Área Arquitetura, Urbanismo e Design 2012 é resultado de um processo de elaboração coletiva que envolveu diversos coordenadores e pesquisadores dos programas de pós-graduação do país, refletindo importantes discussões que reforçam o papel da área nos cenários nacional e internacional. Busca reunir e sistematizar os resultados advindos de seis Grupos de Trabalhos definidos no 1º Seminário de Acompanhamento, em dezembro de 2011 – GT Documento de Área, GT Ficha de Avaliação, GT Qualis Periódicos, GT Livros, GT Anais e GT Produção Técnica – cujos resultados foram apresentados no 2º Seminário de Acompanhamento ocorrido nos dias 07 e 08 de março de 2013, na sede da CAPES em Brasília. O presente texto contempla as colaborações resultantes das discussões que aconteceram durante este Seminário.

PRINCÍPIOS GERAIS DA ÁREA DE ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN

A área Arquitetura, Urbanismo e Design, integrada no sistema Capes à grande área de Ciências Sociais Aplicadas, envolve campos de conhecimento que transitam no âmbito da arte, ciência e tecnologia. Essa amplitude permite múltiplas possibilidades de inserção, entre teoria e prática, com destaque para projeto, planejamento, gestão, inovação e avaliação, relacionadas ao ambiente construído e natural, objetos, produtos e serviços, como contribuição para o bem estar da população e para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais.

Suas duas subáreas –Arquitetura e Urbanismo e Design – possuem interfaces e especificidades que, pela amplitude de atuação e abordagem, exigem uma interação entre elas e um permanente diálogo com outras áreas de conhecimento, o que confere à Área ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN a condição de interdisciplinar. A criação, a preservação e o desenvolvimento de artefatos, tecnologias, sistemas, serviços e ações sobre objetos, espaço e ambiente são de grande importância para a área. Abrange também diferentes escalas, dimensões e complexidades, estendendo-se às esferas pública e privada.

A capacitação acadêmica na pós-graduação *stricto sensu* está voltada para a formação de professores e pesquisadores e para uma maior qualificação de profissionais voltados para a administração pública, para a indústria de produtos e serviços. As produções científica, cultural, tecnológica e técnica, inerente a este processo, guarda uma forte relação entre teoria e prática nos processos de criação e reflexão crítica, essência da sua natureza.

Os princípios gerais que norteiam o ensino e a pesquisa em pós-graduação na Área Arquitetura,

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Urbanismo e Design são: 1. Interdisciplinaridade e transversalidade na abordagem dos temas tratados, buscando superar os limites da visão disciplinar e setorial; 2. Articulação entre teoria e prática para a compreensão da realidade contemporânea; 3. Apropriação das dimensões tempo e espaço e suas diferentes escalas; 4. Entendimento do projeto como elemento articulador de pesquisas, e seus desdobramentos nos estudos teórico-críticos; 5. Entendimento da cidade como um bem público, de construção coletiva, visto da perspectiva do pleno direito à cidade e da redistribuição social das mais-valias urbanas; 6. Contextualização do estudo teórico – histórico e analítico – para a formulação de projetos que se desdobrem em solução para os problemas contemporâneos; 7. Inovação nos processos de desenvolvimento de novos produtos, no que tange às referências metodológicas, tecnológicas, de materiais e de produção; 8. Associação dos princípios de sustentabilidade às questões inerentes à Área, em suas múltiplas dimensões; 9. Utilização dos recursos tecnológicos, informacionais, estéticos e de comunicação de modo a contribuir para o avanço do conhecimento e suas relações com o processo de inovação; 10. Associação com o conceito de empreendedorismo como catalizador de parcerias em projetos.

No contexto do Sistema Nacional de Pós-Graduação, a Área Arquitetura, Urbanismo e Design que tem origem a partir dos anos de 1970, apresenta crescente evolução nas primeiras década dos anos 2000, evidenciando seu importante papel nos cenários nacional e internacional.

EVOLUÇÃO E ESTÁGIO ATUAL

A Área de Arquitetura, Urbanismo e Design une duas subáreas com percursos distintos em termos de histórico de formação e implantação de programas e cursos de pós-graduação no país.

No contexto brasileiro, a Área de Arquitetura, Urbanismo e Design tem apresentado uma evolução importante, com repercussão internacional.

Os primeiros cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil datam do início do século XX, com importante participação na construção do patrimônio edílico e urbanístico, nos processos de industrialização e reorganização do território nacional. A Pós-Graduação *stricto sensu* em Arquitetura e Urbanismo no Brasil inicia-se após a reforma universitária ocorrida em 1968 que criou condições para que as instituições universitárias articulassem ensino e pesquisa. Apesar de em 1962 ter sido criado um curso de Mestrado na área, em paralelo à criação da Universidade de Brasília, o seu encerramento sumário em 1965, com o início do governo militar, acabou interrompendo uma trajetória de pesquisas que poderia contribuir para o desenvolvimento do Brasil em plena e crescente urbanização.

Em 1971, foi criado o curso de pós-graduação da Escola de Engenharia de São Carlos e, em 1972, o da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, ambos da Universidade de São Paulo (USP). Na década de 1980, foram criados mais dois programas na Universidade Federal da Bahia (UFBA) e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na década de 1990 outros seis programas foram instalados, abrangendo estas e outras regiões do país. A expansão da Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo nas décadas de 1980 e 1990 deveu-se, em grande parte – a exemplo de outras áreas – às políticas públicas e agências de fomento para aperfeiçoamento no exterior envolvendo mestrados e doutorados.

Desde então, a contribuição da pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo para a produção do

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

conhecimento e enfrentamento dos problemas nacionais tem se destacado em diversos temas, dentre os quais: projeto, planejamento urbano, patrimônio material e imaterial, avaliação de edificações e da produção do espaço, política urbana e habitacional, arquitetura e urbanismo bioclimáticos, eficiência energética, conforto ambiental, paisagem e ambiente natural, mobilidade e acessibilidade, infraestrutura urbana e qualidade do espaço público, entre outros.

Na última década, o número de programas mais do que dobrou. Em 1999, eram 10; em 2009, 20 programas acadêmicos e 2 mestrados profissionais. Em 2012, ano em que se encerra o triênio, o número de Programas de Arquitetura e Urbanismo é 27, com 15 doutorados, 25 cursos de mestrado acadêmico, e 03 mestrados profissionais.

Quanto ao Design, o Brasil é pioneiro na América Latina no ensino de graduação e também na pós-graduação. A ESDI, Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ, iniciou o primeiro curso superior em Design da América Latina em 1962.

Em termos de Pós-Graduação *stricto sensu*, o Design é uma área recente não só no Brasil, mas também no mundo. Em 1994, teve início o curso de Mestrado em Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a qual também foi a primeira instituição a oferecer o curso de Doutorado em Design. Apesar de ser uma área recente na pós-graduação, o Design vive um momento de grande crescimento no Brasil. Ao final de 2012, a Área contava com 15 Programas em Design, que mantinham 05 doutorados, 13 cursos de mestrado acadêmico e 02 mestrados profissionais.

Na última década, a Arquitetura, Urbanismo e Design vivenciou uma intensa expansão. Atualmente a Área possui 37 mestrados acadêmicos, 24 Doutorados e 05 Mestrados profissionais, num conjunto de 66 cursos de pós-graduação *stricto sensu*, distribuídos nas regiões sul, sudeste, nordeste, norte e centro-oeste.

Em 2011, a Área contava com 743 docentes, para 2.691 discentes numa relação discente/docente de 3,62 (no último triênio era 2,72).

Para os próximos anos, um dos principais desafios para a Área será expandir os programas de pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design no país, atendendo às demandas regionais, particularmente àquelas originadas no interior do país. Este processo requer a integração e a colaboração entre os programas da Área, bem como a proposição de novas soluções e uma intensa interlocução acadêmica em nível nacional e internacional.

Uma discussão frequente na Área, resultado dos seminários de acompanhamento, trata de sua especificidade e de suas ações. Em se tratando dos programas de pós-graduação, projeto, tecnologia e história figuram de maneira não homogênea na declaração de campo de interesse, com especial prevalência do campo de história na identificação de áreas de concentração ou linhas de pesquisa. Assumindo como importante uma interlocução mais estreita com as demandas da sociedade contemporânea, projeto (tema fundamental nas duas subáreas) e tecnologia devem, naturalmente, passar a figurar com mais frequência nas ações de investigação promovidas pelos programas, uma vez que as novas demandas direcionarão os investimentos (de tempo e de recursos) no processo de qualificação acadêmica e profissional. Como resultado, parcerias com outras Áreas podem vir a apontar novas alternativas nesses campos de atuação, dando início a um ciclo virtuoso de renovação do

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

conhecimento e das alternativas de sua aplicação.

Considerando o cenário de promoção de articulação com outras Áreas e com as demandas sobre perfis profissionais, um dos principais desafios para a Área é a expansão do Mestrado Profissional, que se constitui em importante alternativa de atração daqueles que estão inseridos em setores não acadêmicos e que necessitam de uma atualização em seus referências teórico-práticos, oferecendo assim novas oportunidades de qualificação na Área.

Neste sentido, os seguintes aspectos deverão ser priorizados para os próximos anos:

- adequação das linhas de pesquisa às temáticas contemporâneas e aos avanços tecnológicos,
- incentivo à inter e transdisciplinaridade, necessárias para a renovação das práticas e processos de investigação científica;
- criação de novos programas de pós-graduação no país atendendo às demandas regionais.
- incentivo à formação de programas de mestrado profissional, ampliando as possibilidades de qualificação teórico-prático de profissionais não inseridos no segmento acadêmico;
- ampliação da relação com cursos de Graduação e a Educação Básica, de forma a contribuir para a formação de novos talentos e da cidadania;
- proposição de novos meios para uma melhor inserção social da pós-graduação, promovendo um maior diálogo entre teoria e prática, como instrumento de aproximação entre os distintos campos de conhecimento e a sociedade;
- promoção da pesquisa aplicada como alternativa de proposição direta junto às demandas dos segmentos público e privado.

INTERDISCIPLINARIDADE

A produção científica da Área de Arquitetura, Urbanismo e Design ao privilegiar as relações com a teoria e prática estimula e desenvolve atividades de pesquisa avançada, cujas abordagens são multi e interdisciplinares. Pode-se afirmar que sua natureza é multidisciplinar se considerados os aspectos formais de conhecimento específico dos temas tratados. Contudo, em função do processo constante de evolução que a academia experimenta e pelas parcerias inauguradas com novas áreas do conhecimento, que exigiram novos métodos e procedimentos, o conceito de Interdisciplinaridade passou a ser considerado como intrínseco à Área.

Entendendo a interdisciplinaridade como um conceito articulador das diversas visões das diferentes disciplinas em prol da resolução de problemas gerais ou específicos pertinentes à Área, caminhar rumo à interdisciplinaridade implica reconhecer os avanços obtidos com a organização disciplinar, mas também apontar suas limitações. A interdisciplinaridade estabelece um diálogo entre vários campos disciplinares, integrando-os para a compreensão do real em sua complexidade, ao possibilitar relações de complementaridade, convergências e trânsito de saberes. Mitiga os impactos da estanqueidade e compartimentalização próprios da organização disciplinar, mas não os elimina. A interdisciplinaridade

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

visa capacitar o profissional ao exercício de estudos técnicos e científicos inovadores que busquem a convergência, articulando conhecimentos divergentes, entretanto, complementares.

Por fim, a Interdisciplinaridade para a Área vem sendo demandada e atualizada em decorrência das sucessivas descobertas e re-arranjo dos meios de produção e nova estruturação do conhecimento, que tem permitido às áreas do conhecimento experimentar alterações importantes ditadas pela renovação da plataforma tecnológica aplicada na construção das soluções dos seus problemas específicos. Estas soluções replicam em outras alterações na sociedade civil em função de novas oportunidades que geram outras tantas demandas e assim o ciclo se perpetua. Portanto, a interdisciplinaridade é uma condição própria ao fazer ciência e deve ser reconhecida como determinante aos propósitos de contribuir com a renovação de oportunidades em se tratando de qualificação de pessoas.

ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A Arquitetura e Urbanismo e Design, como Área do Sistema Nacional de Pós-graduação no âmbito da CAPES entende ser possível estender suas ações para que possa promover uma interação com as questões particulares dos ensinos Fundamental e Médio, na medida em que temas como ambiente construído, promoção e uso adequados de espaços, sustentabilidade, cidadania, segurança e conforto, juntamente com identidade corporativa, comunicação visual, linguagem / instrumentos de interação vierem a apresentar novas alternativas de promoção do uso e aplicação dos recursos disponíveis. Contudo, há que se diferenciar as categorias de interesse, sendo destacadas pelo menos três: a escola, o professor e o aluno. Ao tratar a escola, questões como edificação, instalações e relações territoriais devem pautar as ações. Ao tratar do professor, o seu repertório de recursos e sua capacitação devem, por seu turno, definir um outro elenco de ações, assim como quando se tratar do aluno. O importante, neste momento, é o estabelecimento de um marco onde a Educação Básica é resgatada e tratada considerando todas as suas facetas e não balizada apenas por questões associadas às práticas pedagógicas.

Por fim, o fortalecimento e a atuação integrada da Área, em diversos níveis – da educação básica à prática profissional e acadêmica, deve contribuir com ações que promovam a renovação permanente do conhecimento e das práticas, na sua necessária interação com a sociedade e o ambiente.

II. Requisitos e orientações para Propostas de Cursos Novos

A seguir, a síntese das orientações para a Apresentação de Propostas de Cursos Novos de Mestrado Profissional e Mestrado Acadêmico e Doutorado (APCN), que se encontra na íntegra na página da Área AUD da CAPES http://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/Comunicado_002_2012_Criterios_APCNs_Arquitetura.pdf. De um modo geral, a proposta de um curso na Área de AUD, independente de sua modalidade (Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional ou Doutorado) deverá caracterizar os seguintes aspectos: quais e quantas são as áreas de concentração, as linhas de pesquisa, os projetos de pesquisa e as disciplinas do curso/programa; a coerência entre denominação do programa, áreas de concentração, linhas e projetos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de pesquisa, disciplinas, explicitando a dimensão destes itens e a coerência com o nível de aluno a ser formado (Mestrado Profissional, Mestrado Acadêmico ou Doutorado) e com o corpo docente; a complementaridade entre as disciplinas e sua identidade com as linhas de pesquisa associadas à área de concentração declarada na proposta.

Em se tratando de proposta para Programa de Mestrado Profissional, esta deve refletir em sua área de concentração e linhas de pesquisa a articulação das dimensões teóricas e práticas, com maior ênfase na segunda. Assim, partindo de uma conceituação dos objetivos do curso, a dimensão formativa e prática do profissional que se espera formar deverá estar claramente definida. Serão valorizadas as propostas que indiquem convênios, articulações ou colaborações com instituições parceiras que possam fornecer apoio às atividades de formação e treinamento dos mestrandos.

A proposta deverá incluir, sob a forma de regimento ou outra, definições precisas quanto ao regime acadêmico do curso, especialmente no que diz respeito à estrutura curricular, disciplinas obrigatórias e optativas/eletivas (claramente articuladas à área de concentração), carga horária, requisitos suplementares. Para o Mestrado Profissional deverão ser indicadas atividades de treinamento e caracterização do formato do trabalho de conclusão do curso (nos termos da Portaria Normativa MEC nº 17/2009). A carga horária de conteúdo prático das disciplinas proposta será especialmente valorizada e avaliada tendo em vista a dimensão eminentemente prática de um curso de mestrado profissional.

Os requisitos mínimos para a composição do corpo Docente Permanente, estabelecidos pela Área para as três modalidades, deverá respeitar o número mínimo de dez. No entanto, esta limitação deverá considerar condições excepcionais, como aspectos regionais e ações de indução da área, com base em orientações expressas pela Capes. Os Docentes Colaboradores não poderão exceder 30% do total de docentes do programa. A relação entre a área de formação e a de atuação dos docentes devem ser compatíveis com as atividades propostas no programa. Em se tratando de Mestrado Profissional, admite-se a participação equilibrada no Corpo Docente de profissionais e técnicos não portadores do título de doutor, conforme a Portaria Normativa MEC nº 17/2009, desde que justificada considerando, sobretudo, sua atuação e significativa experiência e qualificação profissional, altamente reconhecida, na área de concentração e linhas de pesquisa propostas. De um modo geral, o corpo docente deve ser compatível com os critérios de credenciamento do programa e com o número de alunos previstos.

A organização das linhas e atividades de pesquisa é fundamental para a aprovação de todas as modalidades de cursos. A Produção Intelectual dos Docentes Permanentes, comprovada dos últimos três anos, é fundamental para as modalidades de Mestrado Acadêmico e Doutorado. Para o Mestrado Profissional, a produção técnica dos Docentes Permanentes (Portaria Normativa MEC nº 17/2009) é um item determinante na análise do APCN, onde a experiência em projetos/ações em parceria com organização e inserção no mercado (setores não acadêmicos) é recomendável. Para todas as modalidades, a Produção Intelectual/ Técnica dos docentes Colaboradores é considerada secundariamente na avaliação da proposta.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Em relação à infraestrutura para ensino e pesquisa, a proposta deve explicitar o comprometimento institucional para a implantação e o êxito do curso novo com expressa declaração sobre os recursos disponibilizados para o seu bom funcionamento, indicando espaço físico, plataforma tecnológica de apoio às atividades (equipamentos, redes, etc.), fontes de pesquisa (bibliotecas, acervo local, consulta a bases de dados especializadas, etc.), quadro de pessoal e estrutura administrativa, unidades disponibilizadas pela IES ou por entidades parceiras (laboratórios, salas de aula e de estudo, etc.), entre outros indicadores.

Em todas as modalidades, deverá haver o aval institucional para o funcionamento do Curso/Programa, por meio de documento expedido pelas instancias superiores da IES (Pró-reitoria de Pós-Graduação, Câmara de Pós-Graduação, ou órgão equivalente). A autorização não deve ser *ad referendum*. Caso tenha sido motivado por alguma sobreposição de datas um documento comprobatório da homologação pelo Colegiado Institucional deve ser anexado ao Formulário.

Por fim, deve ser disponibilizado o Regimento do Curso/Programa explicitando os critérios de credenciamento, descredenciamento e credenciamento de docentes para atuação no programa, em qualquer uma das modalidades propostas.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

O processo de avaliação dos Programas da Área Arquitetura, Urbanismo e Design tem como princípio a transparência dos critérios e o equilíbrio dos indicadores, considerando os aspectos quantitativos e qualitativos.

De um modo geral, a Ficha de Avaliação tem o papel de indicar os parâmetros gerais que irão avaliar o desenvolvimento da área Arquitetura, Urbanismo e Design, segundo suas especificidades e considerando as orientações gerais do Conselho Técnico Científico da Educação Superior – CTC-ES / CAPES.

Os Quesitos da Ficha de Avaliação são: 1 – Proposta do Programa; 2 - Corpo Docente; 3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações; 4 – Produção Intelectual; e 5 – Inserção Social. Cada quesito tem o mínimo de 3 e o máximo de 5 itens de avaliação, no qual cada item recebe conceitos: Muito Bom, Bom, Regular, Fraco e Deficiente.

O Mestrado Profissional possui uma ficha específica, devido às especificidades distintas que devem ser consideradas na avaliação, seguindo as orientações do CTC-ES / CAPES.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FICHA DE AVALIAÇÃO PARA O MESTRADO (ACADÊMICO) E O DOUTORADO

O Quesito 1 - Proposta do Programa - apesar de não ter peso é considerado fundamental no processo de avaliação e deve indicar com clareza a definição dos objetivos do Programa, a coerência entre áreas de concentração, as linhas de pesquisa, os projetos de pesquisa e a proposta curricular, evidenciando o progresso e o aprimoramento no triênio, em coerência com o seu percurso anterior. É fundamental a

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

explicitação do planejamento e a definição de metas e diretrizes do Programa, destacando principalmente a inserção geográfica; a articulação em redes nacionais e internacionais; outras ações de internacionalização, produção de conhecimento com ênfase na formação continuada dos docentes e alunos em pesquisas e em projetos de extensão. Recomenda-se clareza quanto aos procedimentos internos de acompanhamento e auto-avaliação do Programa; o acompanhamento de egressos dos últimos três anos; a declaração dos critérios de credenciamento e descredenciamento do corpo docente permanente e colaborador.

A infraestrutura de ensino e pesquisa deve ser adequada e suficiente para o desenvolvimento das atividades previstas, no que se refere às instalações físicas, laboratórios, facilidades experimentais e biblioteca; infraestrutura e acesso a equipamentos de informática atualizados, à rede mundial de computadores e a fontes de informação multimídia para os docentes e discentes; infraestrutura de secretaria e apoio administrativo, indicando inclusive o comprometimento e apoio da IES.

O Quesito 2 - Corpo Docente – representa 20% da avaliação e envolve aspectos relativos ao perfil, desempenho e envolvimento do docente permanente dos programas de pós-graduação. Conforme Portaria CAPES nº 02/2012, o corpo docente de um Programa pode ser constituído por docentes permanentes, colaboradores e visitantes. A atuação em até dois diferentes programas é permitida no limite máximo de 30% do Núcleo Docente Permanente (NDP). Admite-se a atuação como docente permanente em até três programas, excepcional e temporariamente, nas situações descritas na Portaria CAPES nº 01/2012.

É recomendado que o NDP de programas da Área Arquitetura, Urbanismo e Design seja composto de no mínimo 10 professores. No entanto, esta limitação deverá considerar condições excepcionais, como aspectos regionais e ações de indução da área, com base em orientações expressas pela Capes. O percentual admitido de número de professores colaboradores é de no máximo 30% em relação ao total de docentes do Programa.

Todos os docentes devem possuir título de doutor e atuarem em áreas relacionadas com as áreas de concentração e linhas de pesquisa propostas pelo Programa. É recomendável que a formação dos docentes seja diversificada, devendo-se evitar a endogenia de formação. Tratando-se de uma Área que se caracteriza pela interdisciplinaridade, a formação do corpo docente em áreas do conhecimento diferentes da Arquitetura, Urbanismo e Design é saudável, desde que a sua atuação seja reconhecida como coerente com as áreas de concentração e linhas de pesquisas do Programa. Devem ser valorizados os indicadores de atualização da formação, de intercâmbio com outras instituições, projeção nacional e internacional, participação em comissões especiais, premiações e outras atividades consideradas relevantes na Área.

As atividades de ensino, pesquisa e orientação devem ser distribuídas de modo equilibrado entre os docentes permanentes. É prerrogativa do Programa atribuir orientação aos Docentes Colaboradores, porém não contará para efeitos de verificação de distribuição de produção docente. Entende-se por distribuição equilibrada a participação de todos ou quase todos os professores permanentes nestas três atividades. Como atenuantes deverão ser considerados os casos de cargos de gestão, afastamento para formação, afastamentos acadêmicos, etc.

A adequação da atuação do corpo docente é mensurada a partir da distribuição do número de

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

orientandos por docente, sendo o limite máximo estabelecido pela área de 08 (oito). Deverão ser considerados atenuantes nesta relação os Programas que estão implementando ações de nucleação e de solidariedade (Minter, Dinter e Associações Temporárias) e participação em Programas de Mestrado Profissional.

O Quesito 3 - Corpo Discente, Teses e Dissertações - possui grande importância na medida em que seu peso é de 30% em relação aos demais quesitos.

A qualidade das teses e dissertações é mensurada a partir da aderência às linhas de pesquisa do programa e da repercussão em forma de produção bibliográfica, em premiações e distinções. Neste quesito deve ser também considerada a proporção de discentes e egressos autores; a participação de autores discentes da pós-graduação e da graduação (bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico - PIBIT) em coautorias; e a aderência da produção discente às pesquisas declaradas pelo Programa. As publicações conjuntas entre discente e docente devem seguir as recomendações do Relatório de Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq, de 07/10/2011, que estabelece que a autoria se configura somente às pessoas que prestaram contribuição significativa ao trabalho.

É recomendável que a composição das bancas, sobretudo as bancas de conclusão, no que diz respeito aos seus membros externos, promova uma renovação nas cooperações institucionais.

A Área de Arquitetura, Urbanismo e Design entende que o prazo ideal para a finalização do curso de Mestrado é de 24 meses, e para curso de Doutorado 48 meses.

É importante que todos os discentes envolvam-se com o ensino de graduação por meio de estágios obrigatórios e /ou voluntários e /outras atividades acadêmicas programadas, de forma a complementar a formação para a docência.

O Quesito 4 - Produção Intelectual - mantém-se com o maior peso em relação aos demais (40%). As publicações qualificadas do Programa por docente permanente e respectiva distribuição em relação ao corpo docente permanente serão determinantes para a composição do conceito do quesito.

A Área optou por alterações nos respectivos pesos dos itens que compõem o Quesito 4, mantendo as proporções indicadas pelo CTC-ES/CAPES. Em relação ao triênio anterior, o peso do item 4.1 subiu de 40% para 45%, visto que é fundamental valorizar o incremento das publicações qualificadas nas três tipologias. A seguinte composição de publicações qualificadas deverá ser considerada na avaliação: 50% da produção de artigos em periódicos qualificados (correspondendo à 22,5% do item); 30% em livros e capítulos de livros (13,5%); e 20% de artigos completos publicados em anais de eventos qualificados (9%).

Quanto à distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente, o percentual de 30% foi mantido. Para a avaliação deste item os seguintes indicadores devem ser considerados: percentual da produção bibliográfica realizada pelos docentes permanentes; relação entre as médias de produção dos docentes permanentes e do conjunto do corpo docente; percentual de docentes permanentes com produção bibliográfica em relação ao total dos docentes permanentes.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Dado às especificidades da Área Arquitetura, Urbanismo e Design, a Produção Técnica é considerada também estratégica e aumentou seu peso em relação à Produção Artística, 20% contra 5%, visto que ambas não podem ser agregadas, conforme expectativa da Área. Contudo, a análise criteriosa do item Produção Técnica deverá evoluir no próximo triênio, evitando distorções em relação à natureza das produções dos pesquisadores da Área e preservando o devido valor de modo a contribuir com as especificidades e ações inovadoras dos programas.

Para o Quesito 5 – Inserção Social – com peso de 10%, em relação aos demais, os seguintes aspectos devem ser considerados, com base em informações qualitativas e quantitativas fornecidas pelo programa: a) Educacional – ações de nucleação com a formação de docentes, inclusive para cursos de graduação e de especialização lato sensu, cursos de mestrado e doutorado interinstitucional, destinados a IES localizadas em regiões prioritárias do país para a Área e para a Capes; associações e outras modalidades de parcerias com IES não consolidadas; participação em programas de melhoria de ensino da educação básica; b) Social – ações que contribuem para a formação de recursos humanos qualificados para a docência, para a administração pública, para a sociedade civil e para a inovação tecnológica; c) Integração e acordos de cooperação acadêmica nacional e internacionais ativos e diversificados, trabalhos de pesquisa em rede; d) Tecnológico/econômico – contribuição para o desenvolvimento micro-regional, regional ou nacional destacando avanços produtivos gerados, entrevistas, matérias em jornais, conselhos tutelares e deliberativos; disseminação de técnicas e conhecimentos inovadores; e) Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação, f) Editorial, com a produção e divulgação de periódico científico no âmbito do programa.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A FICHA DE AVALIAÇÃO PARA O MESTRADO PROFISSIONAL

A ficha de avaliação do Mestrado Profissional conserva a mesma estrutura da ficha do Mestrado Acadêmico e/ou Doutorado, com ênfase nas considerações específicas para essa modalidade, a saber:

- Na avaliação do Mestrado Profissional, a área de concentração e linhas de pesquisa devem indicar a articulação das dimensões teóricas e práticas, valorizando a dimensão prática do profissional que se espera formar.
- Admite-se a participação de profissionais e técnicos não portadores do título de doutor no Corpo Docente (nos termos da Portaria Normativa MEC nº 17/2009), que deve ser justificada considerando, sobretudo, sua atuação e significativa experiência e qualificação profissional, altamente reconhecida, na área de concentração e linhas de pesquisa e aderência à proposta do Programa. A participação de um professor em curso de mestrado na modalidade profissional oferecida pelo mesmo Programa ou na mesma IES não se configura como dupla participação.
- A produção técnica dos docentes permanentes é determinante para a avaliação de um Mestrado Profissional. A produção científica e a produção técnica devem representar o histórico dos Docentes nas linhas de pesquisa indicadas, favorecendo o entendimento de identidade e pertinência com a área de concentração do curso. Em se tratando de Mestrado Profissional, a experiência em projetos/ações com inserção no mercado (setores não acadêmicos) é recomendável.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DE NOTAS NA AVALIAÇÃO

Para a atribuição da nota final de um curso, conforme indica o CTC-ES, devem ser observadas as seguintes diretrizes: a) um programa com conceito “Deficiente” ou “Fraco” no Quesito 1, de Proposta não poderá ter nota final maior do que 3; b) o menor conceito obtido pelo programa nos quesitos 3 e 4, considerados centrais na avaliação, definirá o limite máximo da nota final a ser atribuída, observadas as exceções previstas na regulamentação; c) para obter nota final 5, o programa deverá obter “Muito Bom” em pelo menos 4 dos 5 quesitos existentes, entre os quais terão que figurar, necessariamente, os Quesitos 3 e 4. Programas com nota 5 nessa primeira fase da avaliação são então considerados para atribuição de notas 6 ou 7 (ou permanência com a nota 5), de acordo com o especificado no campo VI deste documento (Considerações e definições sobre internacionalização/inserção inserção internacional).

IV. Considerações sobre o Qualis-Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros/Eventos/Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

QUALIS-PERÍODICOS

A Área Arquitetura, Urbanismo e Design vem procurando adequar a avaliação da produção intelectual dos programas aos critérios de classificação consagrados internacionalmente para a produção científica. Com a ampliação do número de programas e a interdisciplinaridade que caracteriza a área, a produção passou a incluir maior número de artigos em periódicos indexados e com indicadores de impacto. Embora esta tendência seja crescente, a Área não considera ainda a indexação e os fatores de impacto como determinantes ou exclusivos na avaliação do conjunto da produção, tendo em vista o estágio de reestruturação atual e de consolidação dos periódicos vinculados aos programas da Área.

As publicações foram estratificadas levando-se em consideração: esforço editorial (expresso pela quantidade de artigos e edições publicadas), periodicidade, diversificação dos autores e do corpo de pareceristas, longevidade e repercussão na área.

Na atualização do Web Qualis da Área, realizada com base nos dados de 2010-2011, foram classificados 663 periódicos dos quais 12,8% presentes nos estratos A1 e A2.

Critérios mínimos para inclusão de publicação no Qualis Periódicos

A área Arquitetura, Urbanismo e Design define periódico científico como uma publicação seriada, arbitrada, com registro ISSN, dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica e preferencialmente editada por instituição de ensino, pesquisa e sociedade científica. Um periódico científico deve publicar predominantemente artigos originais resultantes de pesquisas significativas para

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

a área e deve apresentar, obrigatoriamente, os seguintes itens:

- Registro na rede ISSN;
- Editor responsável pela publicação;
- Conselho editorial ou similar, responsável pela avaliação e seleção de trabalhos para publicação;
- Avaliação por pares discriminada por edição;
- Normas para a submissão de trabalhos, incluindo critérios para a apresentação e estruturação dos textos, para a apresentação de referências bibliográficas e descritores;
- Apresentação nos artigos de informação completa sobre a afiliação dos autores, incluindo instituição de origem, cidade e país;
- Artigos com título, resumo e palavras-chave no idioma do texto do artigo e no idioma inglês, quando este não é o idioma do texto.

Os periódicos da área de Arquitetura, Urbanismo e Design podem incluir outros tipos de contribuições que não serão avaliadas como artigos originais, como artigos de revisão, comunicações, resenhas e estudos de caso.

Cabe explicitar as particularidades da produção intelectual na área de Arquitetura, Urbanismo e Design, que abrange não apenas a produção textual, mas também a produção projetual, esta última tradicionalmente divulgada e comentada em revistas de grande circulação.

Critérios para estratificação de publicações no Qualis-Periódicos

Considerando os critérios mínimos apontados no item acima, os periódicos serão classificados, hierarquicamente, em oito estratos : A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Deve ser ressaltado que, ao avaliar o esforço editorial, a área considera como relevante a periodicidade, a diversificação de origem institucional dos autores – indicador importante para a penetração do periódico -, assim como a consistência da publicação aferida pela estabilidade – tempo de existência – do veículo. Será considerada também a edição bilíngüe com a adoção do idioma inglês como critério para classificação dos periódicos nacionais nos estratos superiores, visando estimular e ampliar a inserção internacional dos veículos. Será avaliada ainda a disponibilidade em formato digital dos artigos completos, com acesso *online*.

ESTRATO	Pontuação
A1	100
A2	85
B1	70
B2	60
B3	50
B4	30
B5	10
C	00

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Estrato A1

O estrato A1 é reservado para periódicos reconhecidos pela área como de excelência, com ampla penetração internacional. Atendem aos critérios de periodicidade mínima semestral, com no mínimo 16 artigos por ano e, pelo menos, 8 anos de publicação regular. Apresentam diversidade institucional de autores, com pelo menos 75 % de artigos com autores de, pelo menos, 4 instituições diferentes da instituição que o edita. É presente em, pelo menos, 2 bases indexadas sendo pelo menos uma internacional e publicada em língua estrangeira e disponível de forma *online*. O corpo editorial é composto no mínimo por pesquisadores de 5 diferentes instituições com 3 internacionais.

Estrato A2

O estrato A2 é reservado para periódicos também reconhecidos pela área como de excelência, com ampla penetração nacional e/ou internacional. Atendem aos critérios de periodicidade mínima semestral, com no mínimo 16 artigos por ano e, pelo menos, 5 anos de publicação regular. Apresentam diversidade institucional de autores, com pelo menos 60% de artigos com autores de, pelo menos, 4 instituições diferentes da instituição que o edita. É presente em pelo menos uma base indexada internacional, sendo publicada em língua estrangeira ou com *abstract* bilíngüe e disponível de forma *online*. Seu corpo editorial é composto ao menos por pesquisadores de 5 diferentes instituições com 3 internacionais.

Estrato B1

O estrato B1 é reservado para periódicos reconhecidos pela área como de excelência nacional ou periódicos internacionais relevantes. Atendem aos critérios de periodicidade mínima semestral, com no mínimo 16 artigos por ano e, pelo menos, 4 anos de publicação regular. Apresentam diversidade institucional de autores, com pelo menos 50% de artigos com autores de, pelo menos, 3 instituições diferentes da instituição editora. É presente em pelo menos uma base indexada nacional, publicado em língua estrangeira ou com *abstract* bilíngüe e disponível de forma *online*. Seu corpo editorial é composto ao menos por pesquisadores de 3 diferentes instituições com 1 internacional.

Estrato B2

O estrato B2 é reservado para periódicos relevantes para a área. Atendem aos critérios de periodicidade mínima semestral, com no mínimo 16 artigos por ano e, pelo menos, 3 anos de publicação regular. Apresentam diversidade institucional de autores, com pelo menos 40% de artigos com autores de, pelo menos, 3 instituições diferentes da instituição editora. É publicado com *abstract* bilíngüe. Seu corpo editorial é composto ao menos por pesquisadores de 3 diferentes instituições, nacionais ou internacionais.

Estrato B3

O estrato B3 é destinado a periódicos relevantes para a área, que atendem aos critérios de periodicidade mínima semestral, com no mínimo 12 artigos por ano e, pelo menos, 3 anos de publicação regular. Apresentam diversidade institucional de autores, com pelo menos 25 % de artigos com autores de, pelo menos, 2 instituições diferentes da instituição que o edita. O corpo editorial é composto por

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pesquisadores vinculados a diferentes instituições, nacionais ou internacionais.

Estrato B4

O estrato B4 é destinado a periódicos relevantes para a área, que atendem aos critérios de periodicidade mínima semestral, com no mínimo 10 artigos por ano e, pelo menos, 3 anos de publicação regular. Apresentam diversidade institucional de autores, com pelo menos 80% de artigos com autores de, pelo menos, 2 instituições diferentes da instituição editora. O corpo editorial é composto por pesquisadores vinculados a diferentes instituições, nacionais ou internacionais.

Estrato B5

O estrato B5 é reservado para periódicos que atendem minimamente aos critérios definidos para a área, já referenciados. O corpo editorial é composto por pesquisadores vinculados a diferentes instituições, nacionais ou internacionais.

Estrato C

O estrato C é reservado para periódicos iniciantes que ainda não atendem aos critérios de periodicidade mínima semestral, mínimo de 10 artigos por ano, ou ainda não apresentam diversidade institucional tanto de autores como na composição do Conselho Editorial, concentrando-se em autores da mesma instituição editora.

CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS

Uma parte importante da produção intelectual dos programas da Área Arquitetura, Urbanismo e Design é veiculada na forma de livros e capítulos em livros de coletâneas. Portanto, é necessário estabelecer uma criteriosa avaliação desta produção, envolvendo a comunidade de pesquisadores com objetividade e transparência.

Para efeitos de avaliação dos programas da área, compreende-se por livro um produto impresso ou eletrônico que possua ISBN ou ISSN (para obras seriadas) e ficha catalográfica; que contenha no mínimo 50 (cinquenta) páginas; publicado por editora pública ou privada, associação científica ou cultural, instituição de ensino ou pesquisa, órgão oficial, faculdade, Programa de Pós-Graduação. Este conceito compreende obras integrais ou coletâneas, desde que seu conteúdo traduza a natureza científica da produção.

Roteiro para Classificação de Livros

A avaliação da produção em livros dos programas obedeceu aos seguintes quesitos: natureza da autoria; característica da editoria; natureza da obra; modalidade de veiculação e critérios de excelência. Serão atribuídos pontos a cada um dos quesitos e itens, de forma a estratificar a produção, conforme detalhado neste documento. Não serão avaliados livros com tiragem inferior a 200 exemplares e que não apresentem autoria de docente ou discente do Programa de Pós-Graduação.

Serão considerados como produção bibliográfica os livros e capítulos de caráter científico, vinculados às

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação. As demais obras como manuais, cartilhas, apostilas, guias, catálogos e fotografias serão computados nos itens de produção técnica ou produção artística.

Instrumentos de avaliação

Toda a produção dos programas será examinada a partir dos parâmetros constantes no ROTEIRO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS, conforme aprovada no Seminário de Acompanhamento dos PPG'S da Área de Arquitetura, Urbanismo e Design – AUD de março de 2013, com as informações que serão fornecidas pelos Programas com anuência do coordenador, atestada por sua assinatura.

Serão atribuídos pontos a cada um dos quesitos e itens de forma a estratificar a produção, em quatro classes, L1 a L 4, sendo esta última a mais qualificada. O documento do CTC-ES considera também a categoria LNC, para obras não classificadas para avaliação como livros.

Enquadramento nas categorias L1 e L4

De acordo com a reunião do GT de Classificação e Avaliação dos Livros, realizada em fevereiro de 2013, onde foram discutidos e propostos os critérios a serem aplicados pela Área, resultando nas seguintes categorias para a classificação qualitativa dos livros:

L1: os livros classificados como L1 serão aqueles que, quando somadas as pontuações da “Ficha de Avaliação dos Livros”, serão enquadrados de acordo com a mediana calculada em função do material avaliado.

L2: os livros classificados como L2 serão aqueles que, quando somadas as pontuações da “Ficha de Avaliação dos Livros”, serão enquadrados de acordo com a mediana calculada em função do material avaliado.

L3: os livros classificados como L3 serão aqueles que, quando somadas as pontuações da “Ficha de Avaliação dos Livros”, serão enquadrados de acordo com a mediana calculada em função do material avaliado

L4: os livros classificados como L4 serão aqueles que, quando somadas as pontuações da “Ficha de Avaliação dos Livros”, serão enquadrados de acordo com a mediana calculada em função do material avaliado.

Procedimentos e critérios de pontuação

A pontuação de cada item é calculada a partir das informações apresentadas na ficha ROTEIRO PARA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS, constante deste documento. A pontuação será referente ao livro como um todo. A organização de coletânea e seus capítulos equivalem, em pontuação, a 20% da pontuação do livro; os demais itens (prefácio, posfácio, apresentação, verbete e similares) receberão 10% da pontuação do livro; a soma de capítulos considerados não poderá ultrapassar a pontuação da obra integral e um mesmo autor poderá pontuar no máximo dois capítulos incluídos numa mesma obra.

Idealmente deveriam ser ponderados na pontuação os quesitos: relevância temática, caráter inovador da

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

contribuição e potencial de impacto. No entanto, para tal, seria necessária a leitura atenta de todo o material, o que se mostra inviável para o momento. Assim, como alternativa possível, a área admitirá que existe relevância desde que seja uma produção consistente e haja vínculo e pertinência da obra com a área de concentração e linha de pesquisa do Programa.

Nesses termos, a pontuação será totalizada a partir da soma dos itens correspondentes a cada livro. Para concretização dessa tarefa de identificação e classificação de livros, será necessária a adoção de uma sequência de operações:

- a) Preenchimento pelo Programa da planilha eletrônica, com o aval do coordenador, a partir do modelo a ser fornecido pela Coordenação de Área;
- b) Envio para local a ser definido dos livros e capítulos de livros e demais itens de produção bibliográfica, ou conforme orientações da Coordenação de Área, a fim de permanecerem à disposição para consulta.
- c) A partir do envio pelos Programas da planilha eletrônica e das cópias impressas das telas do relatório do Coleta CAPES, referentes a cada item de produção bibliográfica em livros e capítulo de livros, serão realizadas a avaliação e a classificação pela Comissão definida pela Coordenação de Área;
- d) No caso de coletânea, esta deverá ser apresentada como item apenas pelo Programa do primeiro organizador. No caso do primeiro organizador não pertencer a um programa da área AUD, o item será apresentado pelo Programa do 2º organizador e assim por diante.

QUALIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO EM LIVROS / CLASSIFICAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Tipo e quantidade de produção:

LIVRO [] COLETÂNEA [] Tradução de obra integral []

CAPÍTULO* [] OUTROS (Apresentação, Verbete, Prefácio, Posfácio) []

* com no mínimo de 5 páginas

INSTRUMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DO LIVRO (independente da quantidade de itens agregados)	
Parte I: DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA e de todos os itens pertinentes	
1. Título da obra integral (livro, coletânea ou tradução de texto integral):	
2. Nome do(s) autor(es) do livro, organizador(es) da coletânea ou autor(es) da tradução de texto integral: VINCULADO AO PROGRAMA: NÃO VINCULADO AO PROGRAMA:	
3. ISBN:	ISSN:
4. Editora:	
5. Cidade da editora (cidade/país):	
6. Número de páginas do livro:	
7. Ano da primeira edição:	
8. Número e ano da edição enviada:	
9. Tiragem:	

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

10. Formato (impresso ou eletrônico):		
11. Referência completa do livro / coletânea (adotar ABNT):		
12. Autores (docentes, discentes e pesquisadores) do Programa de PG, título e páginas de cada item: (começar indicando o tipo de participação capítulo, apresentação, prefácio, etc...)		
13. Vinculação do livro/coletânea/tradução de texto integral a: linha de pesquisa [] área de concentração [] área de conhecimento []		
ASPECTOS FORMAIS DO LIVRO:		
1. AUTORIA (Assinalar apenas uma linha)	Pontos do item	Pontuação da obra analisada
. Docentes do programa e de instituições no exterior com participação discente/egresso**	10	
. Docentes do programa e de instituições no país com participação discente/egresso**	9	
. Única, de docente do programa	8	
. Docentes do programa e de instituições no exterior sem participação discente/egresso**	8	
. Docentes e discente/egresso** do programa	8	
. Docentes do programa e de instituições no país sem participação discente/egresso**	7	
. Docentes do programa apenas	7	
. Discente/egresso** com participação de discentes de outros programas	7	
. Organização da edição por docente do programa em outra Área	6	
. Única, discente/egresso** do programa apenas	5	
** egresso até 03 anos de concluído o curso		
2. EDITORIA (da obra completa identificada na Parte I)		
Todos os itens assinalados devem ser passíveis de confirmação no exemplar original ou cópias apresentadas		
. Editora comercial com distribuição nacional e tradição de publicação na área	10	
. Editora universitária estrangeira (*)	10	
. Editora comercial estrangeira com tradição de publicação na área	10	
. Editora brasileira, universitária, filiada a ABEU	8	
. Editora comercial com distribuição nacional	8	
. Editora comercial estrangeira	8	
. Editora brasileira (*), não filiada a ABEU	5	
Pontos adicionais:		
. Conselho editorial ou revisão por pares (refere-se à editora da obra completa)	2	
. Financiamento da edição por agência de fomento ou parcerias	2	
(*) consideradas as associações científicas ou culturais, institutos de ensino ou pesquisa, órgãos oficiais, faculdade ou o PPG		
3. CRITÉRIOS DE EXCELENCIA		
Todos os itens assinalados devem ser passíveis de confirmação no exemplar original ou cópias apresentadas		
. Prêmios internacionais	10	

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

. 4ª Edição ou mais	10					
. 3ª Edição	9					
. 2ª Edição	8					
. Re-impressão	5					
. Publicação Bilíngüe	6					
. Coleção	5					
. Publicação em idioma estrangeiro	5					
. Prêmios nacionais	5					
SOMA (pontuação final da obra):						
PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA AO PROGRAMA A PARTIR DA PONTUAÇÃO DOS ITENS VINCULADOS À OBRA						
Natureza do texto científico:	TIPO DA OBRA					
	Livro (obra Integral)	Coletânea (organização)	Tradução (texto integral)	Capítulo (mínimo de 5 pág.)	Outros (apresentação, prefácio, verbete, posfácio etc.)	
Quantidade:						
PONTUAÇÃO TOTAL (do Programa)						

Coordenador do Programa

(nome) (assinatura)

CLASSIFICAÇÃO DE EVENTOS

Os eventos possuem um importante papel na área Arquitetura, Urbanismo e Design, por sua relevante contribuição para o avanço da discussão científica na medida em que representam:

- oportunidade de diálogo focado em temáticas estruturantes para a área (sobretudo em eventos de grande prestígio e inequívoca contribuição para o desenvolvimento da área);
- articulação da comunidade acadêmica e científica, permitindo a formação e a consolidação de redes de pesquisas;
- ampliação da interlocução de pesquisadores em diferentes âmbitos (regional, nacional e internacional);
- divulgação ampla e com repercussão mais rápida da produção científica dos professores e alunos de pós-graduação;
- debate e aperfeiçoamento das pesquisas em andamento.

A classificação de Eventos para a avaliação dos programas de pós-graduação na Área de AUD considera os seguintes aspectos:

1. Relevância do evento;
2. Vinculação com temas de pesquisa da Área;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3. Composição do Comitê Científico quanto à origem e titulação dos membros;
4. Comitê organizador do evento;
5. Apoio institucional recebido;
6. Convidados e Outros expositores;
7. Critérios de Seleção dos trabalhos;
8. Nível de consolidação do evento.

CLASSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA

A Produção Técnica é considerada de grande relevância para a Área Arquitetura, Urbanismo e Design, tendo em vista que a geração do conhecimento ocorre também por meio do projeto e da produção de artefatos. Entendida como mediadora entre a geração do conhecimento e sua aplicação, a produção técnica expressa a característica intrínseca da área na Grande Área Ciências Sociais Aplicadas.

O princípio orientador da classificação da Produção Técnica consiste em valorizar a práxis associada à pesquisa na Área, ou seja, as ações que articulam pesquisa acadêmica de pós-graduação com a criação de produtos e serviços técnicos e artísticos. Para tal avaliação não é considerada a qualidade intrínseca das obras, pois isto implicaria em uma tarefa para além dos objetivos de avaliação de programas de pós-graduação.

Durante o Seminário de Acompanhamento foi expressa a intenção de junção dos critérios da produção técnica aos da produção artística, ampliando a participação relativa da produção Técnica no processo de avaliação. No entanto, conforme o CTC-ES/Capes, estes itens são considerados separados em função de suas diferenças conceituais. Assim, optou-se por ampliar a participação do item Produção Técnica no Quesito 4 e reduzir expressivamente o peso da Produção Artística, visto que na Avaliação Trienal anterior a produção artística registrada pelos programas era inexpressiva.

Conforme acordado no Seminário de Acompanhamento, a avaliação da Produção Técnica será realizada com os mesmos procedimentos da Avaliação Trienal 2010, registrada no Relatório de Avaliação.

(disponível no link: <http://trienal.capes.gov.br/wp-content/uploads/2011/03/ARQUITETURA-REL-AVAL.pdf>)

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V. Fichas de Avaliação para o Triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos/Itens	Peso	Descrições e Comentários sobre os Quesitos/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	50%	<p>Clareza na definição dos objetivos do Programa;</p> <p>Articulação entre as áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa e proposta curricular;</p> <p>Participação equilibrada dos docentes nas Linhas de Pesquisa do Programa;</p> <p>Participação de docentes e discentes (graduação e pós-graduação), em pesquisas financiadas, desenvolvimento de pesquisas conjuntas com outras IES e / ou cooperação nacional e internacional;</p> <p>Disciplinas atualizadas em suas ementas e bibliografias, indicando a consistência dos conteúdos e sua coerência com a proposta do Programa. Regularidade na oferta de disciplinas no triênio, estrutura curricular flexível;</p> <p>Diversidade das atividades de formação - disciplinas, estágios em pesquisa, estágio docente, seminários, publicações e outras atividades;</p> <p>Flexibilidade na integralização de créditos.</p>
1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.	30%	<p>Descrição das metas estabelecidas para o Programa;</p> <p>Adequação das propostas do Programa às necessidades regionais, nacionais e internacionais;</p> <p>Articulação em redes nacionais e internacionais; mediante convênios e participação em editais, parcerias em publicação, mobilidade de alunos e de professores;</p> <p>Acompanhamento das atividades e evolução do Programa com explicitação clara dos procedimentos internos de acompanhamento e auto-avaliação; acompanhamento de egressos nos últimos três anos; declaração dos critérios de credenciamento e descredenciamento do</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>corpo docente; Projetos, convênios e recursos conquistados pelo Programa que viabilizam seu desenvolvimento.</p>
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.	20%	<p>Infraestrutura disponível para as atividades de ensino, pesquisa, orientação e gestão acadêmica.</p> <p>Existência, adequação e suficiência de: - laboratórios devidamente equipados para os fins declarados pelo programa; - biblioteca com acervo qualificado tanto em termos do número de livros e de periódicos e a qualidade do acesso às informações; assinaturas de bases de dados, ou outras formas de acesso à produção intelectual da área;</p> <p>- recursos de informática disponíveis para discentes e docentes; - recursos para suporte às atividades docentes;</p> <p>Iniciativas do programa no sentido de ampliação e qualificação da infraestrutura instalada no Triênio.</p>
2 – Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.	30%	<p>Composição do corpo docente permanente por doutores com formação ou atuação no campo temático do curso / programa;</p> <p>Adequação das áreas de formação acadêmica dos docentes permanentes à Proposta do Programa (AC, LP e PP);</p> <p>Diversificação adequada da formação do corpo docente permanente;</p> <p>Experiência, tempo de titulação; e a projeção nacional e internacional do corpo docente.</p> <p>Atração, no caso de programas com doutorado, de estágios seniores, pós doutorais Participação de docentes permanentes do programa como visitantes em outras instituições públicas, ou privadas;</p> <p>Participação de docentes permanentes do programa como consultores <i>ad hoc</i> em e órgãos de fomento; como pareceristas, corpo editorial e editor de periódicos especializados nacionais e internacionais;</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		Consistência dos critérios de seleção e/ou credenciamento de docentes para as atividades do programa.
2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa	30%	<p>Evolução da equipe de docentes permanentes, identificando eventuais oscilações em sua composição e nível de qualificação. Atentar para mudanças que possam expressar melhoria ou queda da qualidade da equipe, ou falta de respaldo da IES ao programa;</p> <p>Participação adequada de docentes permanentes em tempo integral e com vínculo institucional na IES, conforme Portaria CAPES nº 01/2012. A Área admite o mínimo de 70% do corpo docente permanente com dedicação integral à Instituição e o máximo de 30% do corpo docente permanente atuando em até dois programas.</p> <p>Avaliar se a dinâmica do Programa revela dependência da atuação de docentes colaboradores e visitantes. O percentual admitido de número de professores colaboradores é de no máximo 30% em relação ao total de docentes do Programa.</p> <p>Capacidade dos docentes permanentes de captar financiamentos para realização de pesquisa (por agências de fomento nacionais e internacionais).</p>
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.	30%	<p>Atuação equilibrada do corpo docente permanente nas atividades de ensino, de pesquisa, de orientação, considerando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - disciplinas oferecidas no triênio, por docente do corpo permanente; - orientandos por docente do corpo permanente; - projetos de pesquisa por docentes do corpo permanente; - participação do corpo docente em Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório do CNPq (certificados pela Instituição).
2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na	10%	Proporção de docentes do programa com carga horária na graduação;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>graduação, com atenção tanto à repercussão que este item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.</p>		<p>Proporção de docentes do programa com responsabilidade na orientação em iniciação científica (ou equivalente) e trabalho de conclusão de curso.</p>
<p>3 – Corpo Docente, Teses e Dissertações</p>	<p>30%</p>	
<p>3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.</p>	<p>20%</p>	<p>Proporção de teses e dissertações defendidas por número médio de discentes no período;</p> <p>Proporção de teses e dissertações defendidas por número de docentes do corpo permanente no triênio. Obs. Os critérios quantitativos de proporcionalidade deverão ser adequados em relação aos novos docentes permanentes - (aqueles que atuam há menos de 3 anos no programa).</p>
<p>3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação aos docentes do programa.</p>	<p>20%</p>	<p>Proporção entre o número de orientandos e o número de orientadores do programa; distribuição dos orientandos entre os orientadores do programa;</p> <p>Média ponderada de orientações de teses e dissertações defendidas por docentes do corpo permanente. Obs: O indicador quantitativo deverá diferenciar programas que oferecem apenas o mestrado daqueles que oferecem mestrado e doutorado e programas com ações de nucleação e solidariedade em curso (MINTER, DINTER e Associação Temporária), conforme a Portaria CAPES nº 01/2012.</p>
<p>3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.</p>	<p>40%</p>	<p>Proporção de discentes e egressos autores (titulados nos últimos 3 anos) com publicações qualificadas (artigos em periódicos, livros, capítulos de livros e anais de eventos) em relação à dimensão do corpo discente;</p> <p>Produção associada do corpo discente em eventos científicos: trabalhos completos publicados, resumos em anais. Apresentação de trabalhos em eventos científicos qualificados;</p> <p>Aderência de dissertações e teses às linhas de pesquisa do programa: proporção entre</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		dissertações e teses / linhas de pesquisa/docentes / publicações qualificadas; identificação de equilíbrio/desequilíbrio na produção qualificada por linha de pesquisa/dissertações e teses; Os prêmios e distinções conferidos às teses e dissertações e/ou às publicações a elas vinculadas, serão avaliados, contribuindo para a avaliação final do item.
3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.	15%	Tempo médio de conclusão de curso, tanto de bolsistas como de não-bolsistas. Os critérios para a avaliação deste item serão diferentes para Programas que oferecem apenas Mestrado e Programas que oferecem o Mestrado e o Doutorado.
3.5. Envolvimento do corpo discente com o ensino da graduação	5%	Estágio de docência. Coordenação Programa PET ou programas similares.
4 – Produção Intelectual	40%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	45%	Proporção de docentes do quadro permanente com produção qualificada no período, segundo modalidade de publicação , (livro, capítulo de livro, artigos em periódicos e anais de eventos científicos); Observação 1: A pontuação média é calculada acumulando-se a pontuação correspondente à produção qualificada total (no triênio) do programa (evitando-se múltiplas contagens, caso haja múltiplos autores do mesmo programa), dividindo-se pelo número de docentes permanentes em atuação no programa (ajustando-se devidamente, caso haja flutuações no número de docentes permanentes ao longo do triênio), e dividindo-se por três (ajustando-se devidamente o divisor caso o programa tenha sido iniciado no meio do triênio). Observação 2: o indicador quantitativo deverá diferenciar programas que oferecem apenas o mestrado daqueles que oferecem mestrado e doutorado.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4.2. Distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente do Programa.	30%	<p>Percentual da produção bibliográfica realizada pelos docentes permanentes</p> <p>Relação entre as médias de produção dos docentes permanentes e do conjunto do corpo docente.</p> <p>Percentual de docentes permanentes com produção bibliográfica em relação ao total dos docentes permanentes.</p>
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	20%	<p>Produções técnicas do corpo docente permanente vinculadas às linhas de pesquisa do programa, incluindo i. Serviços técnicos, cursos de curta duração; editoria de periódicos; desenvolvimento de material didático; programas de TV e rádio; documentos elaborados para agências internacionais, instituições nacionais, estaduais e municipais relacionadas com a formulação, implementação e avaliação de políticas, projetos e programas da área, desde que sejam comprovados em suas características de originalidade e inovação;</p> <p>. consultorias e assessorias de interesse público com demonstradas características de inovação e originalidade;</p> <p>. concursos de projetos de arquitetura, urbanismo e design de interesse público que tenham resultado em comprovado reconhecimento de mérito a nível nacional e/ou internacional.</p>
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	5%	Produções artísticas do corpo docente permanente, inclusive produção cultural, vinculados às linhas de pesquisa do programa.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	<p>Impacto educacional: Formação de docentes, inclusive para cursos de graduação da área e de especialização; oferta de cursos de mestrado e de doutorado interinstitucional, realizados de acordo com as regras da CAPES e devidamente aprovados, em especial os destinados a IES localizadas em regiões carentes de mestres e doutores; participação em programas de melhoria de ensino; produção de material didático (vídeos, Cds, livros texto, etc.) para a</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>graduação na área e promoção de cursos, seminários, palestras direcionados para curso de graduação;</p> <p>Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a administração pública ou a sociedade civil, em instituições de pesquisa e na educação básica; atividades de extensão tais como: promoção de cursos, seminários, palestras, eventos; convênio ativo e/ou acordo de cooperação e/ou prestação de serviço e/ou desenvolvimento de pesquisa entre o programa e o setor público e/ou organização da sociedade civil e/ou atividade de extensão; Assessorias, consultorias e elaboração de projetos para a administração pública e sociedade civil;</p> <p>Participação dos docentes em: comissões científicas de eventos científicos da área; coordenação de organização de eventos científicos da área; organização de livro e publicações em geral; editoria de periódicos científicos qualificados da área; comissões de eventos artísticos da área; coordenação de organização de eventos artísticos da área; editoria de publicações artísticas qualificadas da área.</p> <p>Impacto tecnológico/econômico – ações institucionais que contribuam— para o desenvolvimento local, regional ou nacional destacando os avanços gerados; - entrevistas, matérias em jornais, conselhos tutelares e deliberativos; disseminação de técnicas e conhecimentos; - veiculação e divulgação de periódico científico editado no âmbito do programa.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.</p>	<p>40%</p>	<p>Participação em programas de cooperação, intercâmbios sistemáticos em redes nacionais e internacionais;</p> <p>Participação em projetos de cooperação entre programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação na pesquisa ou o desenvolvimento da pós-</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>graduação em regiões ou sub-regiões geográficas prioritárias (atuação de professores visitantes, programas como “casadinho”, PQI, DINTER/MINTER, e similares);</p> <p>Participações do corpo docente em órgãos oficiais (CAPES, CNPq, FAPES, Conselhos Governamentais, etc.);</p> <p>Participações do corpo docente como:</p> <p>Editores de periódicos da área; consultores <i>ad hoc</i> de periódicos internacionais; organizadores, palestrantes, coordenadores de mesa, debatedores, etc. de eventos nacionais e internacionais; representantes de sociedades científicas e de entidades de classe;</p> <p>Publicações conjuntas de docentes do programa com docentes de outras IES ou institutos de pesquisa;</p> <p>Parcerias entre instituições na organização de eventos científicos relevantes para a área;</p> <p>Intercâmbio docente visando atividades de pesquisa (produção ou divulgação, docência ou orientação);</p> <p>Produção e divulgação de periódico científico no âmbito do programa.</p>
<p>5.3. Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.</p>	<p>20%</p>	<p>Manutenção de página <i>web</i> do programa, com informações sobre teses e dissertações, produção docente, edital e critérios para seleção de alunos, linhas e grupos de pesquisa, fontes de financiamento, recursos e prestação de contas;</p> <p>Garantia de amplo acesso a Teses e Dissertações, pela <i>Web</i>, conforme a Portaria CAPES nº 13/2006, que torna obrigatória essa providência;</p> <p>Palestra, conferências e aula inaugural em programas recomendados ou em cursos de graduação de interface com a área.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	30%	- Examinar se o conjunto de atividades e disciplinas, com suas ementas, atende às características do campo profissional, à(s) área(s) de concentração proposta(s), linha(s) de atuação e objetivos definidos pelo Programa em consonância com os objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	30%	- Examinar se o conjunto de mecanismos de interação e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com o corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	- Examinar a adequação da infraestrutura para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	- Examinar as perspectivas do Programa, com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2. Corpo Docente	20%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar se o Corpo Docente Permanente (DP) é formado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009 - Portaria Ministerial sobre Mestrado Profissional) - Examinar se o Corpo Docente atua em P,D&I nas áreas de concentração do Mestrado Profissional.
2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.	25%	<ul style="list-style-type: none"> - Examinar a adequada proporção de Docentes Permanentes em relação ao total de docentes para verificar a existência ou não de dependência em relação a docentes colaboradores ou visitantes. - Examinar a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos, tecnológicos e de inovação financiados por setores governamentais ou não governamentais. -Examinar a carga horária de dedicação dos docentes permanentes no programa, considerando o estabelecido pelo inciso VI do Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009 : “a proposta de Mestrado Profissional deverá, necessária e obrigatoriamente, comprovar carga horária docente e condições de trabalho compatíveis com as necessidades do curso, admitido o regime de dedicação parcial”
2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.	25%	- Examinar a distribuição das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento e orientação do programa entre os Docentes Permanentes
3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa	40%	- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		- Examinar a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10 da Portaria Normativa MEC nº 17, de 28 de dezembro de 2009) concluídos e o número de docentes do programa
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos	40%	- Examinar as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. - Examinar a produção técnica, que não foi objeto de publicação, dos alunos e egressos.
3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos	20%	- Examinar a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto a setores não acadêmicos, órgãos públicos/privados, etc.
4. Produção Intelectual	30%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente	25%	- Examinar o número total de publicações de docentes permanentes do programa no triênio, e sua distribuição no conjunto de docentes permanentes.
4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.	25%	Examinar o número total da Produção técnica, patentes, e outras produções consideradas relevantes, tais como, entre outras: Publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros). Artigos publicados em periódicos técnicos. Participação em comitês técnicos: internacionais, nacionais, estaduais ou municipais. Editoria de periódicos técnicos: editor científico, associado ou revisor. Elaboração de protocolos, normas ou programas. Consultoria ou assessoria técnica. Produtos técnicos. Protótipos. Patentes. Cursos de aperfeiçoamento, capacitação ou especialização para profissionais da área.
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa	25%	- Examinar a distribuição da publicação qualificada e da produção técnica entre os docentes permanentes do programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	25%	- Examinar a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada do programa.
5. Inserção Social	20%	
5.1. Impacto do Programa	25%	<p>- Examinar se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender aos objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas do Brasil.</p> <p>- Examinar se o Mestrado Profissional atende obrigatoriamente a uma ou mais dimensões de impacto (tais como dimensão: social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico, legal, etc ...), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar a participação em programas de cooperação e intercâmbio sistemáticos com outros na mesma área, dentro da modalidade de Mestrado Profissional; a participação em projetos de cooperação entre cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, na pesquisa, o desenvolvimento da pós-graduação ou o desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações/instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Programa, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p>
<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa</p>	<p>25%</p>	<p>- Examinar a divulgação atualizada e sistemática do Programa, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, será importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos da Capes e de outras agências públicas e entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo programa pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. - Examinar a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º Portaria CAPES nº 13/2006)</p>

VI. Considerações e definições sobre internacionalização/inserção internacional

É entendimento da Área que internacionalização não se esgota com a vinda de pesquisadores / docentes estrangeiros para os programas. Mas sim o estabelecimento de um fluxo de atividades recíprocas que contemplem partilhar projetos e resultados de pesquisas, de modo a promover o intercâmbio, em medidas equivalentes, de especialistas e de saberes, por meio de estabelecimento de novos referenciais e da identificação e estabelecimento de competências.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Por inserção internacional compreende-se um conjunto de atributos que qualificam programas de pós-graduação como de contribuição nacional e equivalentes a programas similares, de impacto internacional, existentes no exterior, como convênios e redes de pesquisas internacionais, publicações em periódicos ou livros estrangeiros, entre outros.

Para ser candidato à nota 6 o Programa deverá obter conceito “Muito Bom” em 4 quesitos, entre os quais, necessariamente, os quesitos II (Corpo Docente), III (Corpo Discente, Teses e Dissertações) e IV (Produção Intelectual). Além disso, deverá obter pelo menos “Bom” no conceito do único quesito em que o Programa não alcançou “Muito Bom”. Para ser candidato à nota 7, o Programa deverá obter conceito “Muito Bom” em todos os quesitos e demonstrar forte ação de referência nacional e de inserção internacional.

Nessas condições, os programas classificados com as notas 6 e 7 são aqueles que revelam alto grau de inserção social, impacto nacional e inserção internacional.

Detalhamento dos Critérios para atribuição de notas 6 e 7:

Os programas devem demonstrar seu alto grau de internacionalização, nucleação e solidariedade por meio dos indicadores abaixo elencados. Portanto, os programas devem apresentar nível de qualificação, de produção e de desempenho similares aos dos centros internacionais de excelência, impacto nacional no cenário da pós-graduação da Área e ações relevantes de solidariedade.

1. Internacionalização

- Produção intelectual de âmbito internacional (conforme modalidades classificadas na ficha de avaliação)
- Natureza da participação de docentes em eventos científicos de caráter internacional(por exemplo: congressista, *keynote*, apresentação oral de trabalho
- Participação de docentes em programas de IES estrangeiras; seja como visitantes ou estágio pós-doutoral.
- Participação de professores visitantes estrangeiros recebidos pelo programa no triênio
- Intercâmbio de alunos do programa com IES estrangeiras com apoio das agências de fomento nacionais ou internacionais.
- Inserção de alunos de origem estrangeira no Programa.
- Intercâmbios e parcerias Institucionais com IES estrangeiras com ações em ensino ou pesquisa.
- Participação em projetos de pesquisa envolvendo convênios, redes de pesquisa ou programas de pós-graduação no âmbito internacional.
- Participação em comitês editoriais de periódicos de circulação internacional
- Natureza da participação em associações científicas internacionais, diferente de simples adesão / associação.
- Aporte de recursos internacionais

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2. Nucleação

- Formação de recursos humanos para o ensino e pesquisa e administração pública;
Cooperação sistemática com programas de pós-graduação em consolidação ou com outras IES sem programas de pós-graduação (Minter, Dinter, Procad, Associações Temporárias ou outras modalidades);
- Ações para estruturação de novos cursos (consultoria, assessoria, seminários, participação em grupos de pesquisa, atividades docentes dentre outras);
-

3. Outros indicadores de relevância nacional:

- Participação de docentes em comitês de áreas de agências de fomento nacional e regional;
- Participação de docentes em associações científicas nacionais;
- Atuação relevante em segmentos público e/ou privado;
- Participação de docentes em cargos relevantes em organizações governamentais ou não-governamentais;
- Obtenção de recursos por meio de editais de fomento à pesquisa e desenvolvimento ou convênios com setores produtivos e da administração pública;
- Qualificação da produção intelectual discente (conforme modalidades classificadas na ficha de avaliação);
- Inserção de alunos de diferentes regiões do país.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- Nota 6: predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).
- Nota 7: conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 29 - ARQUITETURA E URBANISMO

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ALINA GONCALVES SANTIAGO	UFSC	Consultor(a)
ALUISIO BRAZ DE MELO	UFPB	Consultor(a)
ANGELA MARIA GORDILHO SOUZA	UFBA	Coordenador(a) Adjunto(a)
CRISTINA ENGEL DE ALVAREZ	UFES	Consultor(a)
GILBERTO CORSO PEREIRA	UFBA	Consultor(a)
JOSE CARLOS PLACIDO DA SILVA	UNESP/BAU	Consultor(a)
LUIZ FERNANDO GONCALVES DE FIGUEIREDO	UFSC	Consultor(a)
MAISA FERNANDES DUTRA VELOSO	UFRN	Consultor(a)
MARIA CECILIA LOSCHIAVO DOS SANTOS	USP	Consultor(a)
RACHEL COUTINHO MARQUES DA SILVA	UFRJ	Consultor(a)
REGIO PIERRE DA SILVA	UFRGS	Consultor(a)
RICARDO TRISKA	UFSC	Coordenador(a)
RITA APARECIDA DA CONCEICAO RIBEIRO	UEMG	Consultor(a)
RITA MARIA DE SOUZA COUTO	PUC-RIO	Consultor(a)
ROSANGELA LUNARDELLI CAVALLAZZI	UFRJ	Consultor(a)
SILKE KAPP	UFMG	Consultor(a)
THAIS ALESSANDRA BASTOS CAMINHA SANJAD	UFPA	Consultor(a)
WILSON KINDLEIN JUNIOR	UFRGS	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional